

O PODER SIMBÓLICO DA MENSTRUÇÃO: Discursos científicos sob o escrutínio das epistemologias feministas

Letícia Wons*

Resumo

Proponho uma reflexão acerca da luta do poder simbólico sobre a menstruação, uma vez que esta implica em uma série de afirmações sobre natureza, corpo e gênero. As percepções sobre menstruação reforçam estruturas de poder nas quais mulheres são inferiorizadas, a partir da negatização desse fenômeno. É de meu interesse perscrutar os discursos veiculados, desde o âmbito do ensino das ciências biológicas até a ordem dos discursos cotidianos e interpessoais de troca de informação sobre o corpo, considerando inclusive as imbricações entre essas esferas. Para tanto, é importante compreendermos as críticas estabelecidas pelas epistemologias feministas no que concerne a prática científica e suas afirmações. Nesse debate, elenco como elemento-chave a noção de objetividade que a ideia de ciência carrega e suas consequências em termos de metodologia e de resultados obtidos e seus usos.

Palavras-chave: menstruação; ciência; epistemologias feministas; corpo.

Abstract

I propose a reflection around the dispute over the symbolical potency of menstruation, since it implies a series of affirmations about nature, body and gender. The perceptions upon menstruation reinforce power structures in which women are inferiorized, by the negatization of this phenomenon. It is my interest to examine the speeches disseminated, from the scope of biology sciences education to the order of daily enunciations and information exchanges about body, considering also the imbrications between those domains. In order to do so, it is important to comprehend the stated critics by feminist epistemologies in what concern the scientific practices and its affirmations. In this debate, I elect as key-element the notion of objectivity that science ideals carry and its consequences in terms of methodology, as well the obtained results and its uses.

Keywords: menstruation; science; feminist epistemologies; body.

* Letícia Wons é Bacharela e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2015).

Introdução

A menstruação é um fenômeno fisiológico que ocorre em ciclos mais ou menos regulares para a grande maioria das mulheres cisgêneras¹ em idade fértil. Trata-se de uma experiência comum a tantas pessoas que me é inquietante a escassez de pesquisas atualizadas nas áreas de ciências humanas sobre o tema, principalmente no que se refere às percepções cotidianas das mulheres brasileiras sobre seus períodos menstruais. Tal como qualquer outro fenômeno fisiológico (a alimentação, a reprodução, a morte), o menstruar é investido de significados, crenças e condutas específicas, sendo assim vivido e percebido de diferentes maneiras entre as épocas e sociedades. Além disso, menstruar também se mostra como um fator determinante em torno do qual se constroem noções culturais sobre diferenças de gênero, atribuindo características próprias ao que se entende por feminino e masculino. Desse modo, parece-me interessante perscrutar as construções simbólicas que sustentam nosso imaginário acerca da menstruação, uma vez que elas dizem respeito não somente aos eventos particulares dos corpos, mas também às posições que as mulheres ocupam na sociedade, desdobrando-se inclusive na questão de quem produz esses conhecimentos.

Neste artigo, proponho uma reflexão sobre os saberes acerca do sistema reprodutor feminino, desde as narrativas referentes ao ciclo menstrual até os conhecimentos propagados a respeito da anatomia dos órgãos genitais e suas funções. Isso se dá tanto na ordem do ensino das ciências biológicas quanto na ordem dos discursos cotidianos e interpessoais de troca de informação sobre o corpo, considerando inclusive as imbricações entre essas esferas. Para tanto, é importante compreendermos as críticas estabelecidas pelas teorias feministas no que concerne a prática científica e suas afirmações. Nesse debate, elenco como elemento-chave a noção de objetividade que a

ideia de ciência carrega e suas consequências em termos de metodologia (como se desenvolve uma pesquisa a partir da epistemologia e valores que a sustentam) e de resultados obtidos e seus usos (principalmente os efeitos discursivos da ideia de “verdade científica”).

Em primeiro lugar, apresentarei o conceito de etiqueta menstrual elaborado por Iris Young (2005), de forma a apontar as percepções de senso comum sobre corpos menstruantes e as decorrências em termos de “alienação do corpo” que a autora apresenta – estabelecendo uma complicada separação entre corpo e sujeito. Percebendo o período menstrual sob essas considerações, apontarei os discursos veiculados a partir do ensino básico das ciências biológicas, principalmente a percepção da menstruação como reprodução fracassada, ou seja, a explicação científica que estabelece o sangue menstrual como resultado da falta de sexo procriativo. A fim de exemplificar os mecanismos de construção dos saberes sobre os corpos e, portanto, dos discursos que sustentam nossas crenças sobre corporalidade, apresentarei as principais considerações de Thomas Laqueur (2001) em seus estudos sobre os modelos anatômicos veiculados “dos gregos a Freud”, nos quais o autor relaciona a legitimidade das verdades enunciadas às representações e vivências da sexualidade de acordo com as necessidades sociais das épocas. Ao lado disso, lançarei mão também dos argumentos de Evelyn Fox Keller e suas ideias acerca dos “efeitos maternos” nos estudos das ciências biológicas, visto que a intenção da autora é justamente demonstrar como verdades científicas são elaboradas a partir de valores culturais e como a ciência pode estar impregnada de princípios androcêntricos na formulação mesmo de suas perguntas. A agnotologia aparece então como uma área de conhecimento interessante, pois se volta a refletir sobre “a política cultural da ignorância”: Londa Schiebinger (2014) será assim minha referência para discutir sobre os filtros que mediam os fazeres científicos, selecionando o que é interessante de ser incluído ou excluído de seus projetos. A partir daí, as epistemologias feministas abrem possibilidades de pensar o que se pode compreender por objetividade e neutralidade científicas, apontando diferentes

¹ Toda vez que utilizar o termo “mulheres” nesse texto, estou me referindo a “mulheres que menstruam”. Não ignoro que há mulheres que não compartilham a experiência da menstruação ou então que há pessoas que não se identificam enquanto mulheres, mas que menstruam também.

caminhos para os problemas percebidos. Por fim, abordarei o conceito de “saberes localizados”, de Donna Haraway (1995), como uma alternativa de posicionamento racional à questão da objetividade, uma vez que acredito que a explicitação das condições autorais de quem realiza uma pesquisa é informação imprescindível para compreendermos seus desdobramentos. No âmbito das ciências biológicas e sociais e nas dinâmicas das disputas pelo poder simbólico da menstruação, situar os agentes interessados no imaginário social sobre os corpos das mulheres é de extrema importância para compreender o conteúdo dos conhecimentos veiculados.

Construções do imaginário e menstruação

A fim de pensar como se dão os processos de construção do imaginário social acerca da menstruação, é interessante acompanhar a trajetória de mulheres e suas experiências, principalmente porque esse assunto é vivido de maneira íntima e relegado à constante interdição de conversas em esfera pública. A experiência da menstruação enquanto algo a ser escondido e segredo foi tema de análise das historiadoras Marlene de Fáveri e Anamaria Venson (2007). Acompanhando mulheres da região de Santa Catarina numa ampla faixa geracional, as pesquisadoras conseguiram identificar costumes acerca da menstruação ao longo do século XX, evidenciando principalmente as restrições e dificuldades de acesso à informação que mulheres hoje idosas enfrentaram durante o início da vida fértil. As mulheres entrevistadas por Fáveri e Venson atribuem seus conhecimentos a experiências pessoais e observações empíricas, tentativa e erro de lidar com seus fluxos e desencorajamento de se aprofundar em questões de saúde ginecológica ou sexual. Mesmo as pequenas redes de conversas entre conhecidas (vizinhas, amigas, parentes) são percebidas como coisas do privado, como segredo, num processo que culmina no “aprender a envergonhar-se”. O uso de metáforas para se referir ao corpo ou à menstruação é constante, evitando nomear os fenômenos de fato e lançando mão de inúmeros eufemismos e figuras de linguagem. Deve-se notar que esta característica não é exclusiva dos “tempos antigos”, mas se estende até os dias de hoje. As falas

das mulheres entrevistadas são marcadas por pausas e silêncios, evidenciando a falta de prática de falar sobre assuntos do corpo. Fáveri e Venson apontam que a maneira segredada e codificada de falar da fisiologia feminina não é simples decorrência de desconhecimento, mas uma prática cultural inclusa numa lógica específica de pensar as mulheres: “aprenderam, na experiência da menstruação, que ser mulher é ser discreta, é ser calada, é aceitar o seu corpo com resignação e sem indagações, afinal, mistério é um atributo do feminino” (FÁVERI & VENSON, 2007, p. 70). Esse mistério se estende em diferentes âmbitos e mesmo para além das redes de conversas mais privadas; na publicidade, na mídia tradicional, nos consultórios médicos e em salas de aula a menstruação é tratada sob eufemismos e na maioria das vezes de forma pejorativa, destacando os sintomas de mal-estar e encobrendo as complexidades e idiossincrasias dos corpos sob a alcunha do incontrolável e do incômodo.

Em nossa sociedade, discrição é um imperativo no que concerne menstruação. De acordo com Iris Young (2005), esconder as evidências de estar menstruada e não conversar sobre o assunto (ou conversar apenas com pessoas muito específicas, como ginecologistas, mãe e amigas mais próximas) são traços de uma etiqueta menstrual que impõe uma constante autodisciplina sobre o comportamento. Young define etiqueta menstrual enquanto normas que prescrevem quem pode falar o que sobre menstruação, que tipo de linguagem é apropriada e o que não deve ser dito sob nenhuma circunstância; são regras que recomendam o uso de determinados produtos, como eles devem ser adquiridos, carregados, estocados, descartados e referidos nas conversas. Ao tratar dessas regras, Young propõe uma reflexão sobre a opressão social das mulheres enquanto pessoas que menstruam, destacando a vergonha associada à menstruação ao lado dos esforços por esconder seus sinais e o desencaixe entre mulheres e os lugares públicos, como escolas e ambientes de trabalho, que se recusam a acomodar suas necessidades.

Ao tratar de ocupação da esfera pública, a autora abre uma discussão sobre estes espaços institucionais que

assumem um corpo padrão com necessidades padrão: esse corpo não menstrua. Ela argumenta que em nossa sociedade recebemos constantemente a mensagem de que as mulheres podem e devem participar da mesma maneira que homens nas atividades sociais, que nossa fisiologia e o fato de menstruarmos não deve ser motivo de impedimento de atuação no espaço público, mas que ao mesmo tempo somos constantemente intimidadas a jamais revelar a condição de estarmos menstruadas:

The message that a menstruating woman is perfectly normal entails that she hide the signs of her menstruation. The normal body, the default body, the body that everybody is assumed to be, is a body not bleeding from the vagina. Thus to be normal and to be taken as normal, the menstruating woman must not speak about her bleeding and must conceal evidence of it. (YOUNG, 2005, p. 107).

Young afirma que esse contexto de permanente medo de ser lançada à vergonha é responsável por um investimento de energia emocional na ansiedade sobre conseguir satisfazer as demandas dessa etiqueta. A autora inclusive aponta a recorrência de piadas e julgamentos sobre menstruação e comportamento feminino e a falta de pesquisas que documentem as atitudes e discursos dos homens perante o tema da menstruação².

Determinou-se para a mulher o espaço privado, e isso é visto, muitas vezes, como inevitável jogo da natureza, ao invés de ser compreendido como construção cultural: a mulher teria certas debilidades em função de seu sexo, seria desprovida da disposição masculina. (...) A representação das mulheres como seres descontrolados, fragilizados, dominados pelas emoções, foi elaborada por discursos construídos para justificar a ideia de que às mulheres cabe o âmbito privado, o interior, a proteção do lar. Essa ideia não é eterna, ela tem uma história. (FÁVERI & VENSON, 2007, p. 70).

Frente a tantas interdições e constrangimentos, Young destaca os sentimentos de nojo e alienação que meninas e mulheres carregam a respeito de seus corpos, demarcando um senso de distância perante o fluxo da menstruação. Identificar o período menstrual como sujo, bagunçado, incômodo, irritante, como algo

a se recluir é algo comum desde a menarca até a meia-idade. A menstruação então aparece para as mulheres como um fato inconveniente com o qual se deve lidar e não como um aspecto de seu ser enquanto sujeito. Essa alienação corporal provoca uma fragmentação do “eu” e do “corpo”, reforçando a sensação de que os processos físicos e emocionais da menstruação são fora de controle. Nessa perspectiva, não só o fluxo sanguíneo, mas também outros processos fisiológicos, tais como a menopausa e o trabalho de parto, são percebidos como estados pelos quais as mulheres “passam”, ou fatos que “acontecem com elas”, e não “ações que elas realizam” (MANICA, 2006). Fáveri e Venson argumentam ainda que:

As etapas da fisiologia feminina são investidas de elaborações culturais. Tanto mistério em torno dos corpos das mulheres serve para justificar a necessidade de regulá-los constantemente ao controle social: a magia, a religião e, contemporaneamente, a medicina produzem discursos sobre a “complicada” fisiologia feminina. Ideias que aproximam as mulheres da natureza e que produzem o homem como o ser completamente humano. Tais elaborações são feitas de modo que o corpo de homem seja representado com uma certa racionalidade, com uma certa lógica, enquanto o corpo de mulher é produzido como descontrolado, complexo, carregado do mistério que cabe à natureza. (FÁVERI & VENSON, 2007, p. 84).

A partir daí, podemos tomar o ensino dos conhecimentos das ciências biológicas como ponto de partida de reflexão sobre os enunciados comumente difundidos sobre menstruação. O corpo masculino como corpo padrão em representações imagéticas da anatomia humana é amplamente encontrado em livros didáticos de biologia, assim como atestam Maria José Pinho e Ângela Maria Lima e Souza (2014). Frequentemente, as poucas ilustrações onde figuram imagens de corpos de mulheres são justamente de capítulos sobre o sistema reprodutor; de outro lado, ao tratar das diversas outras partes da anatomia, o modelo masculino é entendido como padrão e, portanto, neutro, lógico e legítimo de representatividade³. Aparecendo apenas em contraste à norma, os corpos das mulheres se alocam num espaço de desvio, o que colabora para sua apreensão como algo estranho,

² “No matter how hard she works to conceal this fact of her womanliness, however, others, especially men, always have it as a switch to beat her with, a stigma with which to mark her as deviant, a threat of exposure with which to harass and humiliate her. When a woman becomes angry, impatient, or easily hurt in workplace interaction, some of her coworkers may attribute her behavior to hormones, in complete ignorance of her current menstrual state. There is little research that aims to document male attitudes to menstruation” (YOUNG, 2005, p. 116).

³ “Usar o corpo masculino como padrão – como a norma que representa seres humanos em geral – é uma prática que data, pelo menos, desde o Renascimento (o homem Vitruviano de Da Vinci e o esqueleto humano de Vesalius foram desenhados a partir de um corpo masculino)”. (SCHIEBINGER, 2014, p. 98).

misterioso e talvez até impassível de compreensão racional.

Os sinais de gênero aparecem na vasta iconografia dos livros didáticos de Biologia. Folhear um livro de Biologia do Ensino Médio do começo ao fim é ver desfilarem diante dos olhos o maior número de imagens masculinas. No momento de ensinar Biologia, as imagens parecem ter um papel “neutro” em relação à discriminação das mulheres, porque trata de uma disciplina “científica” e, aparentemente, distanciada de preconceitos ideológicos. Ledo engano! A iconografia machista não se limita a ignorar a mulher ou estereotipá-la. A crítica não é pelo que ela omite, ou pela estatística, mas, principalmente, pelo que ela transmite. (PINHO & LIMA E SOUZA, 2014, p. 161).

Além da análise da iconografia, as autoras também se dedicam ao escrutínio da linguagem empregada, ao uso do termo “homem” como sinônimo de “humanidade” e à questão da visibilidade de mulheres cientistas nos livros didáticos. Elas argumentam que estes livros são os principais determinantes dos currículos escolares, influenciando os planos de aula de docentes, o sequenciamento dos conteúdos, as atividades e avaliações. Além disso, compreendem o estudo da biologia nas salas de aula do Ensino Básico como imbrincados às atividades científicas em espaços acadêmicos, definindo ambos como práticas sociais que influenciam e sofrem influência da sociedade em que se encontram. Desse modo, definem livros didáticos como artefatos culturais “presentes no cotidiano escolar, na vida de centenas de alunas e alunos, às vezes, como única fonte de obtenção do conhecimento científico, ora silenciando, ora legitimando atores sociais e construindo as identidades de gênero” (PINHO & LIMA E SOUZA, 2014, p. 165).

No contexto dessas considerações, Iris Young aponta, por sua vez, como as narrativas das ciências biológicas representam a menstruação enquanto “reprodução fracassada”, como se cada ciclo fosse evidência do fracasso de uma concepção, e de que forma isso colabora para a distância e alienação das mulheres em relação ao próprio corpo. Tomemos como exemplo o livro didático de Sônia Lopes (2004), no único trecho que diz respeito ao ciclo menstrual:

O gameta feminino é liberado do ovário antes do término da meiose, ainda como ovócito II, em metáfase interrompida. Ele penetra na tuba uterina e é deslocado em direção ao útero. Caso não ocorra a fecundação, o ovócito II degenera e a parede interna do útero (endométrio), que está desenvolvida, descama, dando origem à menstruação. (LOPES, 2004, p.135).

Ao ponderar sobre as escolhas de vocabulário empregadas, podemos perceber como a experiência da menstruação é negativada mesmo quando revestida de caráter descritivo e pretensamente distanciado. A menstruação é associada à ideia de degeneração (e não é à toa que noções de “sangue sujo” e nojo permeiem recorrentemente o imaginário sobre fluxo menstrual) e sua explicação não se dá por vias de argumentação afirmativas, mas, ao contrário, é baseada pela falta: falta da fecundação, da realização da gravidez, falta de sexo reprodutivo (e aqui se inclui o viés heteronormativo se sobrepondo à ampla gama de possibilidades de vivência da sexualidade). A menstruação acaba por ser apresentada como produto da falência de um plano natural, como se fosse a resignação de um corpo destinado à maternidade. Essa narrativa norteadas pelo eixo da reprodução corrobora para a percepção das etapas de transformação do corpo feminino como um encaminhamento para a função de reprodutoras; Fáveri & Venson observam nas falas de suas entrevistadas que “elas se preparam para ser mulheres-mães. Não estão proibidas de exercer a sexualidade; no entanto, sua sexualidade é controlada e definida: sexualidade para maternidade” (FÁVERI & VENSON, 2007, p. 76).

Pode-se perceber, portanto, que os enunciados acerca da menstruação, seja através do ensino da biologia ou através das demandas de etiqueta menstrual (e das interdições que esta acarreta), constituem discursos que de certa forma se retroalimentam. A ojeriza voltada ao fluxo menstrual está refletida também no modo como a menstruação é descrita como uma infeliz e relutante sobra do organismo. Nesse sentido, faz-se necessário refletir sobre a luta do poder simbólico sobre a menstruação, uma vez que esta implica em uma série de afirmações sobre natureza, corpo, gênero. Quem diz o que sobre menstruação e de que modo isso afeta as percepções das mulheres sobre seus próprios corpos, limites e capacidades é uma questão interessante a ser perscrutada. A antropóloga Daniela Manica (2002) mostra que os sujeitos inseridos nos debates científicos sobre supressão da menstruação através de vias hormonais utilizam o tempo todo argumentos que falam de uma moralidade feminina, destacando a necessidade da fertilidade e a associação da

feminilidade à maternidade. Manica afirma que “várias autoras têm, de alguma forma, se preocupado em demonstrar como a produção de conhecimento – principalmente do conhecimento sobre o *corpo feminino* – está fundamentada por pressupostos historicamente datados, por mitos construídos com intenções ideológicas específicas e por relações de dominação e subordinação.” (MANICA, 2002, p. 07).

A partir dessas considerações, proponho uma reflexão sobre como diferentes epistemes sustentam diferentes modelos da biologia da reprodução, destacando que o modelo sustentado pelas ciências biomédicas, no qual se inclui o conhecimento científico sobre a menstruação, é um desenvolvimento relativamente recente⁴ e que não rompe de todo com as noções do senso comum ou está para além dos limites da cultura (SARDENBERG, 1994, p. 319). Para compreender essas relações entre ciência e sociedade, apresento as principais ideias do historiador Thomas Laqueur (2001) em seu livro “Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud”.

Laqueur abre a principal discussão de seu livro apresentando os caminhos históricos pelos quais as concepções de sexo percorrem e trazendo como ponto essencial os séculos XVIII e XIX, quando há uma profunda mudança que não apenas inverte o que se pensava sobre sexo até então como também altera uma série de expectativas de papéis femininos e masculinos atreladas às noções de sexo. Antes do século XVIII, o modelo que imperava era o do sexo único: é como se as anatomias associadas à mulher e ao homem fossem uma só, distinguindo-se apenas pela interioridade e exterioridade. Toda a produção de modelos anatômicos e as preocupações médicas e científicas trabalhavam com a ideia de que a mulher carregava em si um aparato genital/sexual semelhante ao do homem, porém invertido. É como se toda a genitália masculina fosse recolhida para dentro e os órgãos eram então pensados quase como que espelhados. Nesse sentido, estabeleceu-se, por exemplo, analogias entre o pênis e o clitóris, os lábios vaginais e o escroto, o ovário e os

testículos. Alguns termos utilizados à época fazem referência óbvia a essas analogias: as trompas de Falópio nomeadas como canais deferentes ou os próprios ovários chamados de testículos femininos.

É como se, de modo geral, homem e mulher constituíssem um ser só, com uma ligeira e bem aparente inversão de posição de seus órgãos. Laqueur começa a identificar essa tendência desde o pensamento na Grécia Antiga (principalmente em Aristóteles), passando pelos escritos de Galeno até chegar ao Iluminismo, onde um ideal de sujeito universal racional e contratualista requer uma figura sem gênero. Laqueur mostra como esse sujeito é sim genericado, pois por mais que o modelo de sexo único se estabeleça sobre uma noção de semelhança, há uma inescapável hierarquia que coloca um eixo cuja causa final é masculina. Esse problema fica claro no momento em que Laqueur estuda as ilustrações de anatomia (históricas e contemporâneas) e nos mostra como esses modelos exemplificam os modos de pensar, as intenções e preocupações de determinada época e lugar. Assim como demonstrado anteriormente nas pesquisas de outras autoras, Laqueur também ressalta que nos modelos anatômicos a figura representada é sempre um corpo masculino. As ilustrações do corpo da mulher só aparecem na medida em que se pretende mostrar sua diferença em relação ao modelo de ser humano: o homem. Parte-se do princípio de que o corpo humano é masculino e o corpo da mulher só é retratado quando necessário remeter àquilo que é não-homem. A partir disso, podemos ver como o modelo de sexo único, por mais que se constitua a partir de certa ideia de semelhança (invertida), ainda assim produz um escalonamento entre masculino (universal) e feminino (contrário). Laqueur inclusive aponta que “só a mulher parece ter ‘gênero’, pois a própria categoria é definida como o aspecto de relações sociais baseado na diferença entre os sexos, onde o padrão sempre foi o homem” (LAQUEUR, 2001, p. 32).

Toda a maneira de pensar a anatomia até então levava à ideia de que mulheres eram essencialmente homens, mas num grau abaixo; trata-se de um homem inferior internalizado. A partir do século XVIII, as concepções sobre sexo e anatomia começam a mudar radicalmente

⁴ Cecília Sardenberg inclusive nos lembra de que tão recente é a medicalização da biologia da reprodução quanto a concomitante transferência de controle desses cuidados para o domínio masculino. (SARDENBERG, 1994, p. 336).

e do modelo de sexo único passamos a pensar dentro da lógica de um modelo de dois sexos. É importante frisar que, para Laqueur, essa transição não se dá por inovações científicas ou avanços da medicina; para que isso ocorra, a própria epistemologia que dá sentido ao pensar científico precisou passar a operar sobre novas bases e isso só ocorre por conta de novas demandas sociopolíticas⁵. O mundo era outro, a episteme que regia os saberes era outra. A sociedade que produz o conhecimento científico é uma sociedade que não pode mais conviver com a ideia de um sexo único e requer que haja uma separação inconciliável entre o ser masculino e o ser feminino. É assim que o modelo de dois sexos emerge e se estabelece: por conta de uma sociedade que precisava manter mulheres para fora da esfera pública burguesa que se consolidava e, para tanto, se respaldava em argumentos biológicos que afirmavam e afirmam até hoje que sexo masculino e sexo feminino são fenômenos opostos.

Nesse contexto são empregadas justificativas naturalistas para a condição social da mulher; a anatomia sexual distinta serve como ferramenta para estabelecer limites de reivindicações de espaços de diferentes ordens. Por exemplo, desde o momento em que a ciência coloca como plausível pensar que a

mulher deve seu comportamento aos seus órgãos reprodutivos, o útero torna-se o grande centro da mulher. O útero é visto como o órgão que regula a mulher e a define. Até então, a própria reprodução era pensada de outra maneira (como se a ovulação fosse dependente do coito e não como algo espontâneo, que tem um ciclo próprio e separado de atividade sexual) e o interesse que se forma acerca do útero e suas propriedades é um discurso que vai cada vez mais afirmando a mulher enquanto um ser temperamental, passivo, sujeito às mudanças do seu ciclo, imprevisível e inconstante: não poderia então participar de atividades públicas que exigiriam “concentração estável e diária”. Toda a analogia que antes poderia ser feita entre corpo e fluidos de homens e mulheres passou a ser inconcebível: o corpo da mulher tornou-se território de culpas e incapacidades, a menstruação é o sinal forte e externo de toda a “perturbação” que útero e ovários⁶ causariam nesse novo ser feminino.

Assim colocado, podemos perceber que a ciência não apenas investiga o corpo, mas também o cria cognoscitivamente; aquilo que entendemos como natural e fixo é uma construção em acordo com o status quo de seu contexto⁷. Se, num momento

⁵ Para explorar esse argumento, podemos acompanhar Michel Foucault em *As Palavras e as Coisas*. Fazendo uma crítica à história das ciências e à história das ideias, Foucault pretende desenvolver uma análise que não se pautar na continuidade do saber e na causalidade entre diferentes tipos de pensar. Ele nega a suposição de que condições materiais permitem determinados tipos de pensamento, ou que entre pensamentos distintos em épocas diferentes, um seja tributário daquele que lhe é anterior. Foucault, ao longo de uma extensa argumentação em *As Palavras e as Coisas*, demonstra que há autonomia entre pensamentos que costumamos imaginar como contínuos; como sendo um o desenvolvimento do outro. A possibilidade lógica dos conhecimentos se deve antes à episteme em que estão inseridos do que ao desenvolvimento temporal das ideias ou da acuidade racional e técnica pela qual são produzidos. Para Foucault, não é porque nos racionalizamos cada vez mais que podemos desenvolver as ciências que compreendemos hoje; essas ciências não são possíveis a partir de condições materiais ou históricas que as permitam, mas a partir de um determinado pano de fundo de pensamento que lhes dá sentido e que permite que pensemos as coisas que pensamos. A isso, Foucault denomina *a priori histórico*: um princípio orientador. Em suas palavras, é “aquilo que, numa dada época, recorta na experiência um campo de saber possível, define o modo de ser dos objetos que aí aparecem, arma o olhar cotidiano de poderes teóricos e define as condições em que se pode sustentar sobre as coisas um discurso reconhecido como verdadeiro.” (FOUCAULT, 2007, p.219).

⁶ Laqueur aponta que no final do século XIX era comum a retirada cirúrgica de ovários saudáveis a fim de curar “patologias comportamentais”; “histeria” e “desejos sexuais excessivos” eram motivos para se retirar os ovários. Ele indica ainda uma interessante contradição: “Se a mulher fosse castrada, ficaria masculinizada, da mesma forma que homens castrados se tornariam efeminados; A ovariectomia fazia com que as mulheres cessassem de menstruar e acarretava outras mudanças nas características sexuais secundárias, que as tornavam mais semelhantes aos homens. Por outro lado, a retirada dos ovários também tornava a mulher mais feminina, ou pelo menos mais como os defensores da operação achavam que elas deviam ser” (LAQUEUR, 2001, p. 260).

⁷ Nesse sentido, é imprescindível considerar quem são as pessoas que produzem conhecimento científico e que lugar elas ocupam na sociedade. Não se trata de teoria da conspiração nem em culpabilização de cientistas mal intencionados, que deliberadamente pretendem estabelecer relações de poder; na verdade, cientistas são marcados pela sociedade em que vivem tanto quanto qualquer outra pessoa. É justamente por isso que uma análise estrutural de seus marcadores de gênero, raça, classe, região, etc, são bastante elucidativos, a fim de se estabelecer que tipo de objetividade é possível: “Invoca-se a mística da ‘ciência’ e a pretensa ‘prova científica’ para declarar que características humanas ‘superiores’ ou ‘inferiores’ são um imperativo *natural*, justificando a hegemonia da elite dominante. As racionalizações para essa presunção de tendências biológicas como determinantes de papéis sociais incluem duvidosas ‘diferenças’ estatísticas sobre agressividade (interpretada como iniciativa), ação hormonal,

anterior, a Igreja era capaz de definir e assegurar papéis sociais masculinos e femininos, desta vez é o conhecimento biológico que vai garantir a hierarquia entre homens e mulheres por trás de um discurso facilmente bem-recebido por ser entendido como objetivo e neutro. As representações elaboradas pelas ciências biológicas suscitam uma noção de corpo estável e a-histórico no momento em que lançam mão de descrições compreendidas como separadas da agência e intenção de quem as elabora e do contexto no qual esses modelos são elaborados. É preciso pensar o corpo enquanto estruturante e estruturado pela cultura; enquanto receptáculo de símbolos culturais, mas também como produtor de sentido (MALUF, 2001). Laqueur está argumentando que “fatos biológicos” são produto do imaginário social e que relações sociais muitas vezes se sustentam e se justificam ao se remeter a certas características como se pudessem ser incontestavelmente (por sua “natureza”) fundamento para a ordem social. A visão dominante desde o século XVIII remete a dois sexos estáveis e distintos que, por suas características anatômicas e fisiológicas, delimitam pertencimentos e funções nas esferas política, econômica e cultural. E assim se cria todo um imaginário de sexos opostos e este modelo não remete a uma relação de igualdade ou desigualdade, mas de total diferença e incomensurabilidade.

Ao longo do livro, Laqueur aborda diferentes temas para fundamentar seu argumento e, como exemplo do deslocamento e radical mudança dos modelos anatômicos a partir das demandas sociais de diferentes épocas, selecionei aqui a questão do orgasmo feminino para ilustrar como o discurso e agenda científica são orientados por interesses, mesmo que se apresentem de maneira “objetiva” e “distanciada”, e de que maneira isso incide diretamente na intimidade das pessoas numa sociedade tão afetada pelos valores da ciência.

lateralização cerebral etc, entre ratos machos e fêmeas. Essas alegações foram repetida e cuidadosamente refutadas com muita documentação (...), mas são ainda frequentemente apresentadas como fatos. O preconceito ‘não consciente’ também afeta muitas vezes a escolha dos problemas a serem investigados como, por exemplo, o grande número de estudos sobre supostas *diferenças* comportamentais inatas entre os sexos e as raças ou a configuração de experimentos pressupondo que a condição masculina é a norma. É isso que Fausto-Sterling chama de ‘má ciência’, praticada por cientistas habitualmente bons”. (SCHIEBINGER, 2014, p. 244).

Até o modelo de sexo único (o modelo que não tomava o útero como regulador de comportamento, uma vez que nem estabelecia relação entre ciclo menstrual e concepção), o desejo sexual é algo importante aos olhos da ciência, pois não se imaginava reprodução sem prazer. A ideia era que tanto homem quanto mulher precisavam ter prazer e orgasmo durante o coito para que uma gravidez acontecesse. No modelo antigo, a ausência de desejo sexual é causa de infertilidade; já no novo modelo, esse assunto é irrelevante.

Laqueur nos apresenta a teoria freudiana como uma versão da narrativa moderna de conflito entre sexo único e dois sexos. Por um lado, Freud estabelece normatividades bem evidentes: coloca anatomia como destino, problematiza a suposta inveja feminina do falo e, por fim, acaba baseando muitos de seus conceitos num terreno de heterossexualidade compulsória. Tudo isso se sustentaria na lógica do modelo de dois sexos. Por outro lado, Freud propõe a ideia de passagem do prazer feminino do clitóris para a vagina, marcando o que ele entende como um amadurecimento da mulher. Ao fazer isso, Freud acaba assumindo a libido como geral e indiferenciada entre homens e mulheres, pois o clitóris aparece como contraparte do pênis. Essa ideia remete ao modelo de sexo único.

Se o clitóris é o órgão corresponde ao pênis em sua função sexual, a positivação da passagem do orgasmo clitoriano para o orgasmo vaginal nada mais é que a aceitação do papel social feminino e a internalização das ideias do ser mulher (figura de passividade e controle). O clitóris é incontrolável, o clitóris é o órgão que dá prazer. A vagina não, a vagina é apenas o receptáculo do pênis durante o coito e se a mulher é capaz de sentir algum prazer através da vagina é apenas porque o clitóris a envolve. O que Laqueur diz é que Freud sempre esteve a par disso, mas que havia necessidade de frisar a passagem deste clitóris “masculinizado” (porque voltado ao prazer e à autonomia) à vagina “feminina” (passiva, submissa). Freud não estava ignorando que até 1905 se fala apenas em orgasmo clitoriano; Laqueur diz inclusive que ele devia estar ciente que inventava o orgasmo vaginal. Mas era este que atendia às expectativas de papel social feminino e as colocações de Freud

remontam a uma narrativa de cultura disfarçada de anatomia. A história do clitóris mostra como o corpo é criado para a civilização apesar, e não por causa, de si próprio. Nas palavras de Laqueur, “O argumento de Freud, que passa por séculos de conhecimento de anatomia, é um testemunho à liberdade com a qual a autoridade da natureza pode ser retoricamente apropriada para legitimar as criações da cultura” (LAQUEUR, 2001, p. 286). Durante o século XX, o estudo anatômico do clitóris foi amplamente negligenciado⁸.

Em reflexões de epistemologias feministas, Evelyn Fox Keller se dedica a analisar e expor o papel que as ideologias de gênero exercem no esquema abstrato subjacente aos modos de pensar nos campos tradicionais do trabalho acadêmico, principalmente na área das ciências naturais. Um dos exemplos que a autora perscruta é o que se chama de “efeitos maternos na fertilização”, onde ela demonstra como núcleo e citoplasma aparecem nas pesquisas de biologia como tropos para macho e fêmea, espermatozoide e óvulo, e como são qualificadas as partes da célula de acordo com as representações sociais (genericadas) sobre sexo.

Até bem recentemente o espermatozoide era descrito como ‘ativo’, ‘vigoroso’ e ‘auto-impelido’, o que lhe permitia ‘atravessar a capa do óvulo’ e ‘penetrar’ o óvulo, ao qual ‘entregava seus genes’ e onde ‘ativava o programa de desenvolvimento’. Por contraste, o óvulo seria passivamente ‘transportado’ ou ‘varrido’ através da trompa de falópio até que ‘assaltado’, ‘penetrado’ e fertilizado pelo espermatozoide. O ponto a ressaltar não é que se trata de uma descrição sexista (é claro que é), mas que os detalhes técnicos que elaboram essa descrição foram, pelo menos até os últimos anos, impressionantemente consistentes: o trabalho experimental forneceu descrições químicas e mecânicas da motilidade do espermatozoide; de sua aderência à membrana do óvulo e de sua capacidade de efetuar a fusão das membranas. A atividade do óvulo, suposta não existente a priori, não requeria qualquer mecanismo, e tal mecanismo não foi encontrado. (...) As mais recentes pesquisas sobre o tema enfatizam rotineiramente a atividade do óvulo na produção de proteínas ou moléculas necessárias à aderência e penetração. (FOX KELLER, 2006, p. 17).

O argumento da autora é que ao revestir o óvulo de características atribuídas ao feminino de acordo com o imaginário social (com destaque à questão da passividade) não somente toda a descrição da fecundação recorre a um vocabulário repleto de

representações de gênero, como também a própria condução da pesquisa é absolutamente regida por tais pressupostos. Não se encontra respostas para perguntas que não são feitas. Se feminilidade é sinônimo de passividade e se o óvulo é uma “célula feminina” por que haveria de se pensar em descobrir mecanismos de atividade nessa célula? Do mesmo modo como vimos anteriormente: se o orgasmo feminino não é condicionante da ovulação e, portanto, necessário para fins reprodutivos, por que compreender a fundo sua estrutura? Os conhecimentos são priorizados ou descartados de acordo com os interesses de quem produz ciência: governos, indústrias, agências de fomento. Se esses espaços não são ocupados por pessoas interessadas nessas questões, essas questões nunca chegam a se tornar objetos de pesquisa. Mais uma vez, não se trata de avanço tecnológico para o desenvolvimento científico, mas de mudanças epistemológicas que orientam as bases do pensamento nas ciências:

Considere-se, por exemplo, que o trabalho sobre efeitos maternos dos genes e da recuperação citoplásmica na *Drosophila* começou no início dos anos 70, sendo mais tarde levado a ponto notável por Christiane Nüsslein-Volhard e seus colegas. Esse trabalho, ao estabelecer o papel crítico desempenhado pela estrutura citoplásmica do óvulo antes da fertilização, é amplamente considerado como central para o recente renascimento da Biologia do Desenvolvimento. Mas não dependeu de novas técnicas. Em verdade, Ashburner diz que ele poderia ter sido realizado 40 anos antes, se alguém tivesse tido a ideia... “Tudo o que [ele] requeria era alguma genética padrão, um gene mutante e um microscópio de dissecação, tudo disponível na década de 1930”. Então, por que não foi feito antes? Ashburner diz que ninguém teve a ideia, mas isso não é exato. Ao contrário, sugiro, o que faltou foi motivação. Esses experimentos são extremamente difíceis e demorados; seria preciso ter confiança de que valiam o esforço. Ou, posto de outra maneira, não havia campo em que a “ideia” pudesse ter deitado raízes. (...) Enquanto se acreditasse que a mensagem genética do zigoto “produz” o organismo, que o citoplasma é um mero substrato passivo, por que se dar tanto trabalho? Na década de 1970, porém, o discurso da ação do gene já começava a perder terreno. Vários tipos de mudanças, acima e além do óbvio progresso técnico da Biologia Molecular, contribuíram para seu declínio. (FOX KELLER, 2006, p. 22).

Ruth Berman (1997) indica cinco aspectos nos quais podemos perceber preconceitos na prática corrente da ciência: discriminação vocacional (que influencia tanto a escolha de carreiras quanto a possibilidade de ascensão dentro das carreiras escolhidas); controle da administração de fundos pelo segmento dominante da sociedade (o que define as prioridades de pesquisa); mulheres como alvos especiais da tecnologia médica

⁸ Para acompanhar essa discussão, recomendo o documentário “Clitóris: Prazer Proibido” (França, 2004), apresentado pelo canal GNT e disponível em: <https://youtu.be/Wmcu2mYZdRY>

(acarretando num tipo de controle de seus corpos); uso da linguagem influenciada pelo gênero (uso da retórica de gênero e das metáforas de dominação); abusos e distorções da metodologia da ciência sugerindo a inferioridade das mulheres (estatísticas enviesadas que pretendem estabelecer diferenças entre homens e mulheres como naturais, intrínsecas e fixas).

Quando a pesquisa científica e tecnológica não é consciente de seu próprio viés androcêntrico, os resultados obtidos podem ser percebidos como neutros e objetivos mesmo que não o sejam. Longa Schiebinger (2014) mostra, através da agnotologia, que a ignorância produzida sistemicamente limita a criatividade e excelência científicas e seus benefícios para a sociedade, podendo inclusive custar caro tanto em termos financeiros quanto em termos de vida. Os padrões e modelos de referência utilizados pela ciência, saúde, medicina e engenharia têm implicações não só no que diz respeito ao ensino como vimos até agora, mas também na formulação de hipóteses, no desenho de produtos e elaboração de leis. Quando os modelos de referência são unicamente elaborados por médias gerais baseadas no corpo masculino (“rapazes brancos, robustos, com cerca de 70 kg”), outros segmentos da população são considerados como desviantes da norma e podem até chegar a sofrer sérios danos:

Os exemplos na área da tecnologia são abundantes: as mulheres são comumente esquecidas nas modelagens de engenharia básica. Por exemplo, os protocolos de teste para acidentes automobilísticos consideram as pessoas de baixa estatura (principalmente mulheres, mas homens, também) como motoristas “fora-de-posição” por se sentarem muito perto da direção. Motoristas “fora-de-posição” têm maior probabilidade de se machucar em caso de acidentes. A noção de que pessoas de baixa estatura são motoristas “fora-de-posição” sugere que o problema esteja no motorista de tamanho menor que a média, mas, na verdade, o problema está nas tecnologias (poltronas de automóveis e painéis de instrumentos) que não são desenhadas em proporções que levem em consideração a segurança de todos os tipos de motoristas. (SCHIEBINGER, 2014, p.86).

Esse é um exemplo de que mesmo as áreas de conhecimento que parecem mais afastadas de aspectos subjetivos, como a engenharia, também fazem escolhas em seus projetos e essas escolhas são influenciadas e influenciam a sociedade. Schiebinger aponta que a presença de mulheres enquanto pesquisadoras afeta o campo em que se inserem para alertar o olhar do que está sendo deixado de fora quando pressuposições

sexistas regem as hipóteses levantadas. De acordo com ela, arqueólogas têm questionado as histórias da origem da humanidade centradas nas figuras do “homem caçador” e da “mulher coletora”, uma vez que essas histórias constroem e reforçam a divisão de gênero do trabalho nos moldes ocidentais; biólogas têm questionado a prática do não registro do sexo da célula, omissão esta que traz sérias implicações para o futuro das terapias com células-tronco; palio-antropólogas têm questionado o costume de sexualizar fósseis de esqueletos de tamanho pequeno como fêmeas apenas com base no tamanho e, como consequência, identificar os sítios em que são encontrados como espaços domésticos (SCHIEBINGER, 2014, p 87). Estes são alguns dos exemplos que desmascaram a aura de objetividade e neutralidade que a ciência carrega.

Uma das respostas apontadas para esse problema seria o que Ruth Berman define como posturas reformistas: campanhas educacionais na comunidade científica que mostrassem a injustiça das pressuposições aplicadas. Esse viés assume que as práticas da ciência moderna, sua metodologia e base de pensamento são fundamentalmente corretos e que bastaria uma campanha de conscientização para aprimorar os maus usos da ciência. Berman discorda, salientando que as mudanças necessárias se dão num plano para além do científico: é preciso transformar as estruturas de poder da própria sociedade. Como vimos no caso da menstruação, os saberes veiculados sobre esse fenômeno se dão em diferentes ordens: das mulheres menstruantes, do senso comum, da ginecologia, da indústria de dispositivos higiênicos, da grande mídia, dos livros didáticos, da escola e da academia. Todos esses discursos são imbrincados e afetam uns aos outros. A menstruação é percebida como algo negativo, como um fenômeno repugnante e incômodo que não pode ser discutido em público, não deve ser mencionado nem evidente nos espaços de educação e trabalho, é percebida como responsável por alterações comportamentais que relegam as mulheres ao âmbito do emocional e do irracional. Essa percepção reforça estruturas de poder em nossa sociedade nas quais as mulheres são inferiorizadas. Campanhas reformistas não são o suficiente para alterar esse quadro, pois a

ciência não é algo descolado da sociedade; ao contrário, é profundamente afetada pelo imaginário do senso comum e pelas relações de poder estabelecidas. Berman afirma que sua tese principal é que “não só os usos da ciência são controlados pelo segmento dominante da sociedade, mas também sua *ideologia*. As metas dos praticantes da ciência, seu modo de pensar, bem como suas ações, são derivados do processo social dentro do qual operam” (BERMAN, 1997, p. 248).

A ciência moderna, cuja racionalidade é fortemente baseada numa separação rígida entre sujeito e objeto, tem em suas bases um tipo de pensamento que busca abstrações e leis aplicáveis independentemente da subjetividade de quem pesquisa. Supõe-se possível um tipo de observação objetiva, irrestritamente distanciada, da qual se poderia obter resultados neutros, isto é, destituídos de valores morais.

De fato, a caracterização do "objetivo" e do "racional" como sendo indisputável e acima de discussão, juntamente com o poder de afirmar o que é "objetivo", cumpre função idêntica em nossa sociedade como no século IV a.C. em Atenas. Os mais recentes tratados de sociobiologia são sempre descritos pela mídia dominante como se relatando fatos "inflexíveis, objetivos", embora talvez lamentáveis; aqueles que questionam seus dados, suas asserções e o viés tendencioso de seu ponto de vista são acusados de serem "políticos" — e não "objetivos". (BERMAN, 1997, p. 256).

Não apenas nas ciências biológicas há disputa sobre a legitimidade de discurso a respeito da menstruação. Em sua compilação relativa a estudos sócio-antropológicos que tratam da menstruação, Cecília Sardenberg (1994, p. 327) indica que pesquisas feministas atentas ao viés androcêntrico nas análises ditas tradicionais fazem novas leituras da literatura etnográfica disponível, revelando o *double bias* nas pesquisas onde homens antropólogos questionam assuntos acerca do menstruar a homens informantes, tomando essas explicações como definitivas. É preciso evidenciar as condições de produção de quem elabora os conhecimentos disponíveis. Nesse sentido, Donna Haraway traz uma excelente discussão acerca dos limites e potencialidades da objetividade no fazer científico.

Haraway (1995) insiste na natureza corpórea de toda visão a fim de denunciar o olhar conquistador (não-marcado) que vem de lugar nenhum e inscreve corpos

marcados (“objetos” de pesquisa), alegando um poder de ver sem ser visto e representar escapando à representação. Assim, Haraway nega a ideia de sujeito universal na produção acadêmica, indicando os problemas que convenções “neutras” carregam: o não-marcado é a figura genérica do discurso acadêmico, a figura do homem, branco, heterossexual. A autora defende uma doutrina de objetividade corporificada e assim define seu projeto de ciência: “objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados.” (HARAWAY, 1995, p. 18). Para ela, localizar-se em sua subjetividade é o caminho para o conhecimento racional. Explicitar a parcialidade de todo ponto de vista não é descompromisso com a objetividade; o descompromisso se dá quando se pretende pertencer a todos os lugares (portanto, lugar nenhum) e assim estar livre da interpretação sob o véu da formalidade. Haraway argumenta a favor de políticas e epistemologias de posicionamento nas quais a parcialidade e não a universalidade é condição para o conhecimento racional: “São propostas a respeito da vida das pessoas; a visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, versus a visão de cima, de lugar nenhum, do simplismo.” (HARAWAY, 1995, p.30).

Se tomarmos a objetividade como racionalidade posicionada, podemos entender que a autoria silenciosa, ausente, invisível, esconde seus próprios limites e conduz o leitor ou a leitora ao longo de uma explicação cujos pressupostos estão escondidos (a demarcação que Schiebinger menciona de sítios arqueológicos com fósseis de pequena estatura como espaços domésticos é um ótimo exemplo disso). Corporificar o discurso é permitir uma visão desde um lugar específico, situado, finito e sujeito a limites e contradições próprios. Localizar os saberes dos agentes envolvidos no fazer científico permite que estes se tornem responsáveis pelo que aprendem a ver; um saber não localizado é incapaz de ser chamado a prestar contas.

Assim, de modo não muito perverso, a objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades. A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva. Esta é uma visão objetiva que abre, e não fecha, a questão da responsabilidade pela geração de todas as práticas visuais. A

perspectiva parcial pode ser responsabilizada tanto pelas suas promessas quanto por seus monstros destrutivos. (HARAWAY, 1995, p.21).

A menstruação carrega um forte poder simbólico no imaginário de nossa sociedade e uma reflexão sobre os agentes que produzem os conhecimentos sobre menstruação é essencial para compreendermos a dimensão em que o discurso científico carrega valores sexistas e consegue influenciar as percepções das mulheres sobre seus próprios corpos, assim como a percepção da sociedade sobre o que é ser mulher.

Referências:

- BERMAN, Ruth. Do dualismo de Aristóteles à dialética materialista: a transformação feminista da ciência e da sociedade. In: JAGGAR, Alison e BORDO, Susan (ed). *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1997. p. 241-275.
- FÁVERI, Marlene de & VENSON, Anamaria. *Entre Vergonhas e Silêncios, o Corpo Segredado. Práticas e Representações que Mulheres Produzem na Experiência da Menstruação*. Anos 90, Porto Alegre, v. 14, n. 25, julho 2007. p. 65-97.
- FOX KELLER, Evelyn. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu* (27), julho-dezembro de 2006. p. 13-34.
- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da Ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, São Paulo, n.5, 1995. p.07-42.
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o Sexo. Corpo e Gênero dos Gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LOPES, Sônia. *Bio: Volume único*. 1.ed - São Paulo: Saraiva, 2004.
- MALUF, Sônia Weidner. Corpo e corporalidade nas culturas contemporâneas: Abordagens antropológicas. *Revista Esboços*: Florianópolis, 2001.
- MANICA, Daniela Tonelli. Supressão da Menstruação: uma discussão sobre alguns dos embates entre o natural e o cultural. In: *XXVI Encontro Anual da ANPOCS*, 2002, Caxambu. *XXVI Encontro Anual da ANPOCS*, 2002.
- PINHO, Maria José Souza & LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire. Gênero em Coleções de Livros Didáticos de Biologia. *Revista Feminismos*. Vol 2, No 03, 2014.
- SARDENBERG, Cecilia M. B.. De Sangrias, Tabus e Poderes: a menstruação numa perspectiva sócio-antropológica. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, n. 2, jan. 1994.
- SCHIEBINGER, Londa. Expandindo o Kit de Ferramentas Agnotológicas: Métodos de Análise de Sexo e Gênero. *Revista Feminismos*, Vol.2, N.3 Set. - Dez. 2014. p. 85 – 103.
- YOUNG, Iris Marion. *On Female Body Experience: "Throwing Like a Girl" and Other Essays*. Oxford University Press, 2005.